

A PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PAULISTA E A SUBALTERNIDADE DO PROFESSOR

PLATFORMIZATION OF SÃO PAULO'S EDUCATION AND TEACHER'S SUBALTERNITY

André Pithon CALIÓ
andrepithon@estudante.ufscar.br
UFSCar, São Carlos, Brasil
Joceli Catarina STASSI-SÉ
jocelistassise@ufscar.br
UFSCar - DME, São Carlos, Brasil
Mariana Carolina de ARAUJO
mariana.araujo@estudante.ufscar.br
UFSCar, São Carlos, Brasil

Resumo: Este artigo busca analisar os efeitos da introdução do aplicativo Education First para o Componente Curricular Língua Inglesa no ensino médio público estadual de São Paulo. Durante uma experiência de estágio supervisionado, em um curso de licenciatura em Letras Inglês-Português, presenciou-se a inserção do aplicativo em sala de aula e os efeitos disto oriundos. Para analisar tal fenômeno, partir-se-á das utópicas promessas associadas com o uso de novas tecnologias no contexto escolar, como o projeto One Laptop per Child, conforme discutido por Ames (2019), buscando entender como tal filosofia se posiciona no contexto nacional. Almeja-se discutir como a tecnologia pode se posicionar como uma promessa de progresso revolucionário, mas falha em considerar contextos reais e necessidades urgentes da educação, como debatido por Apple (2004) e Selwyn (2017), e então contrapor o que foi decretado com o que de fato está acontecendo atualmente em São Paulo. A partir de Contreras (2002), e da análise da plataforma, percebe-se que a busca por uma teórica meritocracia, por eficiência e produtividade, priva o professor de autonomia para contextualizar o ensino à sua realidade, reduzindo o papel do educador a uma tarefa mecânica e despersonalizada, desprovida da possibilidade de selecionar sua própria metodologia.

Palavras-Chave: Autonomia; Ensino de línguas; Plataformas digitais.

Abstract: This article aims to inspect effects arising from the introduction of the app Education First to the Curricular Component English Language in São Paulo's public high school. During an experience of supervised internship, at an undergraduate course in languages and literature in Portuguese and English, we witnessed the first use of the app in class, and effects derived from it. To properly analyze the occurrence, we discuss the utopian promises associated with the use of new technologies in school's, like the OLPC project, as discussed by Ames (2019), trying to understand how this philosophy works on the Brazilian reality. We aim to explore how technology can frame itself as a promise of revolutionary progress, but fails to take into account the true state of affairs and the imperative needs of education, as argued by Apple (2004) and Selwyn (2017), and then compare what was decreed and what is actually taking place at São Paulo. Starting with Contreras (2002) and the analysis of the platform, we found that the search for a theoretical meritocracy, for efficiency and for productivity deprives the teacher of autonomy to adapt teaching to its own surroundings, diminishing the role of the educator to a mechanical and depersonalized task, lacking the option of selecting its own methodology.

Keywords: Autonomy; Languages teaching; Digital platforms.

INTRODUÇÃO

Em um contexto de estágio supervisionado curricular de língua inglesa, em um curso de Letras Português-Inglês, observou-se a implementação de uma nova plataforma de ensino para o ensino público paulista. Iniciativa oriunda dos novos desafios previamente impostos pela pandemia de COVID-19, o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) foi implementado pelo governo estadual como uma dita solução para as questões educacionais que estavam sendo enfrentadas, principalmente a respeito das aulas remotas.

O aplicativo Centro de Mídias SP foi criado para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem, com a utilização de tecnologias para a formação de professores e a transmissão de aulas para os alunos da rede estadual de ensino de São Paulo. Por meio do aplicativo, é possível assistir e participar de aulas, ao vivo, e com interação, com professores da rede estadual e outros especialistas, além de outras programações de educação, cultura e entretenimento com conteúdos desenvolvidos pela Secretaria de Educação e também cedidos por instituições parceiras, pelo celular ou pela TV. (SEDUC-SP, 2020)⁶

O Decreto nº 64.982, de 15 de maio de 2020, justifica a implantação da plataforma a fim de fazer uso de novas metodologias educacionais para complementar o ensino presencial. Atualmente, o CMSP continua sendo usado por toda rede estadual de ensino, entretanto, não tem mais sido um auxiliar na condução das aulas, e sim um imponente protagonista. No final de 2023, o governo do estado substituiu os livros didáticos por materiais de ensino digitais em todos os componentes curriculares e, durante a experiência de estágio aqui descrita, introduziu uma nova plataforma: *Education First*⁷ nas aulas de inglês, acompanhando a tendência de outras disciplinas curriculares. Esse recurso tem como proposta um ensino mais individualizado, partindo de testes de fluência que o aluno realiza antes de iniciar o curso. O aplicativo trabalha com perguntas de múltipla escolha, preenchimento de lacunas, gravação de áudios, atividades envolvendo assistir vídeos e responder questões de compreensão básica etc. e tem como finalidade fazer o estudante desenvolver todas as 4 habilidades (*listening, speaking, reading, writing*) de forma mais autônoma, visto que o recurso apresenta explicações teóricas e gramaticais, ao mesmo tempo em que fornece exercícios práticos.

Sendo assim, a carga horária para as aulas de inglês, que já é reduzida, foi destinada a realização de tarefas no CMSP, deixando pouco, senão nenhum tempo disponível para que o docente planeje e realize atividades com outras metodologias e propósitos. Durante os 2 meses de duração do estágio supervisionado, não houve uma singular atividade desligada da imposição das demandas

⁶ Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/aprenda-acessar-o-aplicativo-centro-de-midias-sp/>>. Acesso em: 04 jul. 2024

⁷ A plataforma Education First teve seu nome alterado para SPeak posteriormente à atividade de estágio aqui examinada. Neste artigo, ela será referenciada pelo nome original, em uso durante a atuação em campo.

das plataformas, subitamente onipresente na realidade escolar, substituindo e suprimindo qualquer outra possibilidade. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, e das experiências presenciadas no contexto da escola pública estadual de São Paulo, o presente trabalho tem como objetivo investigar qual é o novo lugar imposto ao professor perante uso irrestrito dessa plataforma, esmiuçando os desafios que são encontrados no cotidiano e também teorizar possíveis consequências a longo prazo, tanto para os docentes quanto para os discentes.

DESENVOLVIMENTO

A tentativa de atualização da educação no estado de São Paulo acompanha uma tendência global, na qual o investimento se concentra em infraestrutura e tecnologia, como compra de tablets e computadores, instalação de redes de internet e assinatura de plataformas virtuais. Tal filosofia segue os passos da *One Laptop per Child* (OLPC), projeto americano ativo entre 2005 e 2014, um plano de educação mundial que visava a venda de computadores pessoais custando 100 dólares, direta e exclusivamente para que governos os implementassem em suas estruturas educacionais. Muitas das promessas não se tornaram realidade, os preços inflaram, as vendas não foram tão altas quanto os investidores previram⁸, mas ainda assim a OLPC manteve-se como um enorme atrativo para investidores, e um símbolo do utopismo tecnológico. (Ames, 2019)

[...] os mesmos impulsos utópicos que inspiraram a OLPC também inspiraram otimistas projetos anteriores na área de educação e desenvolvimento – e tem continuado a inspirar projetos subsequentes, de **massivos cursos online abertos** a mercados virtuais, de escolas privatizadas centradas na tecnologia até *bootcamps* de programação. [...] todos falharam em alcançar seus objetivos utópicos – e ainda assim, aparenta-se que tecnólogos, designers, educadores, políticos e outros falharam em aprender lições disto, mantendo-se atordoados pela possibilidade de transformação tecnológica. (Ames, 2019, p.18, tradução nossa, grifo nosso)⁹

A recente implementação de plataformas de ensino personalizadas no ensino estadual público de São Paulo carrega este mesmo ímpeto utópico de revolucionar os contextos educacionais através da implementação de redes tecnológicas, um símbolo do progresso e da evolução. Por um lado, é louvável o investimento em infraestrutura e a possibilidade de apresentar estudantes a tecnologias às quais possivelmente não teriam acesso, mas por outro questiona-se, segundo Michael Apple, se estes recursos não poderiam ser mais bem investidos em “classes menores, maiores salários para

⁸ Segundo Ames, 80% destas vendas destinaram-se a projetos educacionais situados na América Latina.

⁹ No original em inglês: [...] the same utopian impulses that inspired OLPC had also inspired previous starry-eyed projects in education and development—and they have continued to inspire subsequent projects, from massive open online courses (or MOOCs) to makerspaces, from technology-centric charter schools to coding boot camps. [...] all of them have failed to achieve their utopian goals—yet it seems as if many technologists, designers, educators, policy makers, and others have failed to learn lessons from them, instead remaining moonstruck about the potential for technological transformation.

professores, renovação de prédios [...] e outras iniciativas políticas similares?” (Apple, 2004). Não se trata de posicionar a tecnologia como antagonista contra a educação, mas questionar sua implementação, sua demanda financeira, e o custo-oportunidade sendo ignorado ao investir-se na plataformização constante do ensino, presente em cada vez mais matérias do ciclo básico escolar.

A implementação da tecnologia na educação mostra-se, até certo nível, inevitável. Novas mídias e instrumentos eletrônicos estão cada vez mais envolvidos no dia a dia, presentes em inúmeras situações cotidianas. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) defende a implementação de tecnologias no ensino, buscando “usos mais democráticos das tecnologias e [...] uma participação mais consciente na cultura digital” (BRASIL, 2018). A grande problemática não é meramente a presença ou não de tecnologias contemporâneas em sala de aula, mas execução de sua implementação, as motivações políticas, financeiras e ideológicas que levam a tais escolhas e as intenções das autoridades capazes de impor tais métodos autoproclamados revolucionários sobre o modelo de ensino.

[...] estudos críticos do uso da tecnologia na educação precisam levar em conta o conflito social sobre a distribuição e poder. Parte disso envolve tratar o uso da tecnologia na educação como ideologia, isto é, como um mecanismo chave para promover os valores e agendas dos interesses hegemônicos dominantes na educação. (Selwin, 2017, p.19)

Ao se discutir o recente contexto escolar no estado de São Paulo, a categoria profissional com menor poder de autonomia são os professores, todas as mudanças impostas por um nível hierárquico superior. A implementação da plataforma *Education First* nas salas de aula obriga o professor não apenas a utilizar slides enviados pelo governo, conforme já se tornou padrão para múltiplos componentes curriculares desde 2023, mas também impõe a utilização da plataforma para realização de atividades personalizadas para cada aluno, segundo seus níveis de fluência. Conceitualmente, a plataforma pode oferecer um suporte útil e propulsor de um aprendizado autônomo de inglês, mas ela assume um protagonismo desproporcional em sala de aula, com a vasta maioria das horas de aula sendo dedicadas à conclusão de atividades para cumprimento de uma meta fixa de quatro lições bimestrais. Tal imposição impede o professor de inovar ou de se aprofundar em questões levantadas pelo contexto específico de cada escola ou turma, e os trilhos generalistas da plataforma tornam-se a única opção viável e permitida.

A presença desta necessidade de produtividade mínima muda o panorama educacional, removendo prioridade do aprendizado e voltando-a para cumprimento de metas e objetivos. Segundo Esteban, a busca por desempenho exemplar isenta a instituição de culpa, e pune os indivíduos incapazes de alcançar a meta proposta, problemas oriundos tanto de problemas pessoais dos alunos, ou do professor, e culpabilizando uma má formação docente pela incapacidade de cumprir objetivos, penalizando ambas as classes. Este modelo privilegia o inflar arbitrário de números

metrificados ao invés de um real aprendizado transformador e personalizado para aquela realidade específica. (Esteban, 2014). O foco do ensino não é mais no aprendizado individual, mas em uma arbitrária superação de metas coletivas: exercícios que devem ser completos, independentemente de qual aprendizado isto pode trazer (ou não). O aluno bem-sucedido é aquele que completou todas as tarefas delegadas. O professor bem-sucedido é aquele cujos alunos entregam atividades, não necessariamente aprendendo algo. Barbosa e Alves (2023) argumentam sobre esta transformação que:

Sob uma perspectiva neotecnicista e de um ethos maquinal, o sentido da aprendizagem incidiria no mesmo sentido atribuído às máquinas de ensinar de Skinner, o que reconfigura a relação professor/a-aluno/a, delineados por estímulos de recompensas e punições, no anseio de atingir o grau máximo de controle e domínio dos processos pedagógicos. (Barbosa; Alves, 2023, p.10)

Portanto, o papel do professor deixa de ser aquele de educador principal, tornando-se subserviente ao poderio tecnológico da plataforma, ocupando uma nova posição que alterna entre tutor e vigia. Suas novas obrigações envolvem oferecer atendimento personalizado – precário no contexto de salas muitas vezes com quarenta alunos – e ajudá-los a cumprir a meta almejada, além de fiscalizar e tomar nota de todas as atividades cumpridas individualmente. Não resta tempo para projetos pedagógicos mais elaborados, envolvendo toda a sala em propostas de sala de aula invertida, conversações ou atividades lúdicas. A aula de língua inglesa no ensino estadual torna-se linha de produção, priorizando números e produtividade, vítima de proletarização, conforme definido por José Contreras:

No contexto educativo, a proletarização, se ela significa alguma coisa, é sobretudo a perda de um sentido ético implícito no trabalho do professor. Falta de controle sobre o próprio trabalho que possa significar a separação entre concepção e execução se traduz no campo educativo numa desorientação ideológica e não só na perda de uma qualidade pessoal para uma categoria profissional. (Contreras, 2002, pg.51)

Tal proletarização do ensino acarreta uma grande perda de protagonismo docente, uma tentativa governamental de padronizar a educação em busca de uma teórica igualdade de oportunidades, acompanhando o mito utópico da tecnologia como uma fonte de autonomia e independência para os alunos. Teoricamente, a mesma oportunidade é oferecida a todos alunos, colocando-os em um patamar igualitário, mas tal processo ignora diferenças contextuais, de escola para escola e de indivíduo para indivíduo, acompanhando uma crença neoliberal da meritocracia. Ao descrever este processo e o possível impacto da tecnologia na educação, Ames comenta que:

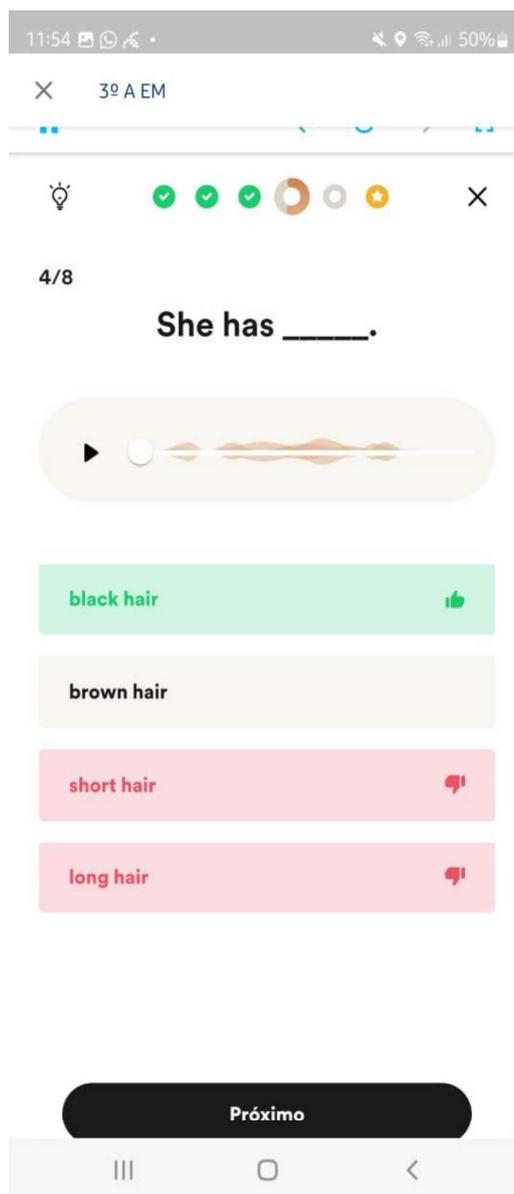
Sob esta visão, o jovem aprendiz se torna o sujeito neoliberal perfeito, com autonomia total sobre sua educação e, por extensão, responsabilidade total. Enquanto a mitologia aqui invocada é uma de liberdade, o outro lado da responsabilidade se torna muito mais proeminente durante seu uso, com laptops quebrando com pouca possibilidade de conserto, com objetos midiáticos mostrando-se muito mais interessante que tarefas criativas, com anúncios de corporações internacionais influenciando a atenção e a lealdade dos alunos em nome da educação. No processo, eles deslegitimam o papel das instituições educacionais e raramente reconhecem que aprender é um processo fundamentalmente social. (Ames, 2019, pg.216, tradução nossa)¹⁰

A plataformização se anuncia como uma revolução tecnológica, trazendo mais qualidade ao ensino, oferecendo independência e autonomia aos estudantes, galgando uma nova fronteira tecnológica rumo ao futuro. Em contrapartida, este movimento cria profissionais da educação com pouca voz em sala de aula, reduzidos para um papel técnico de meramente guiar alunos através da obrigação de completar exercícios, fiscalizados pela administração escolar no cumprimento de tais demandas, homogeneizados por um projeto que busca a despersonalização do educador em troca de uma limitada personalização para o aluno. Colapsa a estrutura social da escola, com cada indivíduo agora limitado a seu celular ou tablet, obrigado a cumprir metas e progredir rotineiramente por atividades que repetem sempre a mesma estrutura. Desaparece a possibilidade inventiva e autônoma de um profissional capaz de tomar decisões, resta repetição *ad infinitum* das mesmas poucas atividades.

O aplicativo *Education First* possui tarefas de completar trechos com construções gramaticais corretas, de ligar imagens à vocabulário, de ouvir e repetir frases ou textos, de assistir vídeos e escolher respostas adequadas para mimetizar um diálogo. Todas estas estruturas abrem mão da interação humana e da verossimilhança das situações apresentadas, um material não genuíno e destacado da realidade dos estudantes. A interface do aplicativo permite que o aluno teste diversas opções de resposta por tentativa e erro, estes últimos marcados em vermelho, e apenas os acertos permitindo progresso. A figura abaixo exemplifica o funcionamento da plataforma, mostrando uma atividade em que o aluno deve ouvir um trecho em inglês e selecionar a opção correta. O aluno, antes de acertar, marcou incorretamente “*short hair*” e “*long hair*”. O sistema incentiva um ato recorrente de clicar em todas as opções, forçando um progresso através das lições demandadas, o que possibilita ao aluno bater as metas propostas, mas sem adquirir conhecimento, apenas forçando um avanço artificial pelo aplicativo.

Figura 1 - Captura de tela de um exercício da plataforma *Education First*

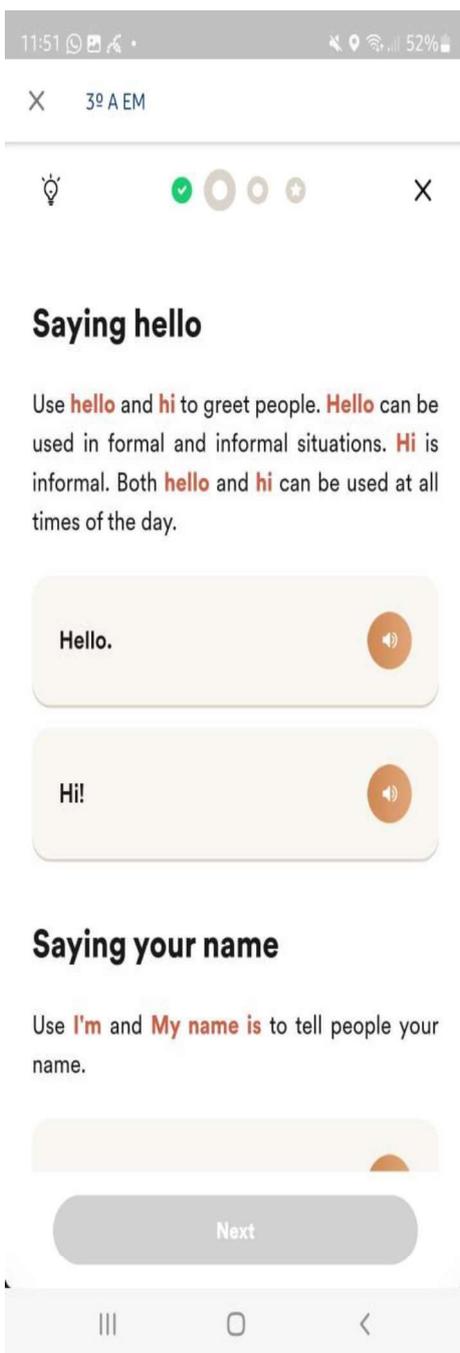
¹⁰ No original em inglês: In these visions, the child learner becomes the perfect neoliberal subject, given full agency in their education and, by extension, full responsibility. Whereas the mythology often invoked here is one of freedom, the flip side of responsibility becomes much more salient in use, as laptops break down with little recourse for repair, as media-centric use proves much more interesting than more creative endeavors, and as advertising from transnational corporations edge in on children’s attention and loyalties in the name of education. In the process, they delegitimize the role of educational institutions and rarely acknowledge that learning is a fundamentally social process.



Fonte: Produzida pelos autores através da plataforma *Education First*

Além dos exercícios, a plataforma também oferece um resumo tanto gramatical quanto de vocabulário, que permitiria ao aluno aprender o assunto em seu ritmo. Na realidade, a prática comum observada é que os estudantes apenas ignoram estas entradas, avançando até os exercícios e tentando completá-los sem a teoria respectiva. Por cada aluno estar em uma fase diferente, o professor também perde a possibilidade de centralizar o ensino e desenvolver uma atividade realmente didática.

Figura 2 - Captura de tela de uma lição de vocabulário da plataforma *Education First*



Fonte: Produzida pelos autores através da plataforma *Education First*

A plataforma *Education First* é restrita em sua flexibilidade, utilizando sotaque britânico em todas as pronúncias, e esperando respostas similares dos alunos. Muitas das atividades que demandam repetição de palavras ou frases rejeitam respostas corretas, por não se ater com fidelidade ao sotaque requisitado. Busca-se uma pronúncia perfeita, ignorando-se a função comunicativa da língua, e não permitindo que o estudante prossiga até ele conseguir uma repetição engessada e considerada ideal pelo aplicativo. A dificuldade de progredir em tais tarefas torna-se ainda mais extenuante com a grande quantidade de ruídos presentes dentro de sala de aula, cuja infraestrutura não é planejada tampouco adapta para permitir uma minimamente aceitável gravação

de áudio, resultando na dificuldade, e por muitas vezes impossibilidade, dos equipamentos captarem a voz sem interferência, portanto rejeitando múltiplas vezes a gravação. A necessidade de repetir a mesma tarefa gera cansaço, frustração e baixo interesse por parte dos alunos. O objetivo educacional já não é mais o ensino, mas a busca por alguma solução para sua voz ser aceita pela máquina, levando ao completar do mínimo de tarefas para conseguir a aprovação. Foram vivenciadas inúmeras experiências nas quais ao reclamar da impossibilidade de progredir por uma pronúncia, o professor, ao invés de explicar o ocorrido, apenas resolve ele mesmo para o estudante. Nem mesmo o professor é sempre compreendido pelo algoritmo que dita o novo gradiente permitido entre o certo e o errado na sala de aula.

Mesmo este sendo o primeiro semestre de funcionamento da EF para o ensino de língua inglesa, tal movimento está incluso em uma tendência maior de plataformização da educação, com aplicativos similares já inseridos no ensino de outras matérias da grade curricular paulista, como português, redação e matemática. Como se observa, a nova educação paulista é uma experiência homogeneizada mesmo através de disciplinas, com grande demanda por produção dos estudantes, independente do contexto, em uma rotina de reprodução mecânica de conteúdo, individualizado, sem movimentos de ensino coletivo. Alunos trabalham separados de seus pares e de seus tutores, cristalizados na realidade virtual do aplicativo, onde todas as tarefas tendem a se concentrar. Sobre este movimento, Esteban e Fetzner afirmam que:

Os estudantes e os docentes são descontextualizados, apartados dos processos que conformam a dinâmica *aprendizagem-ensino* de que participam, desconsiderados como sujeitos da aprendizagem e do conhecimento e reduzidos a denominações referidas a níveis de desempenho: seus rostos, seus corpos, gestos, vozes e conhecimentos são desvitalizados e traduzidos em competências, indicadores, gráficos e dados, enfim, fragmentos quantificáveis. (Esteban, 2015, p.80)

Observa-se que há um grande abismo entre o que foi proposto pelo Decreto nº 64.982 e o que de fato está sendo aplicado em sala de aula. O documento prevê, através do Artigo 2º, que

O Programa CMSP observará as seguintes diretrizes: I - equidade; II - igualdade de condições para o acesso ao ensino; III - permanência na escola; IV - liberdade de aprender; V - pluralismo de ideias; VI - autonomia dos professores na adoção da tecnologia para a educação. (São Paulo, 2020)

No entanto, o que se percebe na prática é o oposto: as escolas não recebem dispositivos o suficiente para atender todos os alunos, considerando que a plataforma tem sido usada para a maioria das disciplinas, o que torna necessário ao menos um aparelho por estudante, fato utópico para a atualidade. Não apenas a quantidade é insuficiente, mas muitos problemas de cunho tecnológico são observáveis e recorrentes, como instabilidade das redes de internet, mal funcionamento dos *tablets*, ausência de periféricos essenciais para o progresso nas atividades e falhas nos chips de rede 4G.

Ademais, o uso incessante de equipamentos digitais torna-se um fator desmotivador, uma vez que desconsidera a individualidade do aluno e retira a diversidade de metodologias que podem ser usadas para modalizar o ensino e aprendizagem. Conseqüentemente, a liberdade de aprender e o pluralismo de ideias não são respeitados em um ambiente em que há uma constante exigência por números, uma obsessão por *checklists* e um cerceamento da criatividade do professor, visto que ele não é livre para escolher se quer usar a plataforma, implementação imposta pela administração sem consulta de um posicionamento discente geral. O CMSP é definido então não como mera ferramenta, adição possível ao ensino em realidades que fariam rico usufruto de suas possibilidades, mas uma presença inescapável, imposta a todas as realidades independentes de contextos e de planos pedagógicos, ou seja, provida de obrigatoriedade, restando ao professor apenas a ilusão de uma autonomia.

[...] a educação não pode ser determinada a partir de fora. São os próprios profissionais do ensino que, em última instância, decidem a forma com que planejam suas aulas, por meio dos quais as tentativas de influência externa são transformadas em práticas que nem sempre têm muito a ver com a essência das mudanças pretendidas. (Contreras, 2002, p. 109)

Desse modo, o docente poderia propor atividades para potencializar o uso da plataforma, beneficiando-se de temas que suscitam discussões e aprendizados contextualizados e enriquecedores para os alunos. Para exemplificar, é possível pensar em uma sequência de didática voltada para a questão dos diversos sotaques: por que ouvimos sempre o mesmo sotaque dentro da plataforma? O que isso significa? De que maneira podemos usar o sotaque a nosso favor? etc. Caberia ainda apresentar diversos outros sotaques de nacionalidades que têm o inglês como língua oficial e acarretar discussões sobre identidade, colonialismo e as diferenças e semelhanças entre culturas. Além dos conhecimentos de mundo que podem ser adquiridos, o aluno seria exposto a uma diversidade de outras formas de falar, aumentando seus desempenhos nas habilidades de *listening* e *speaking*, por exemplo.

Entretanto, cabe salientar que essas ideias não estão sendo incentivadas em nenhuma instância, deixando o professor em uma posição de incerteza e receio quanto aos resultados que devem ser entregues e às oportunidades reais de aprendizagem que podem ser aproveitadas. Devido a carga horária reduzida para as aulas de língua estrangeira, é arriscado dedicar-se a outras propostas enquanto às demandas exigidas por seus superiores ainda não foram atendidas.

Assim, faz-se necessário também ressaltar que o Artigo 3º do Decreto garante que o CMSP tem como objetivo “III - assegurar o protagonismo dos alunos, dos professores e dos profissionais da educação da rede estadual na criação de conteúdos educacionais.” (SÃO PAULO, 2020), evidenciando mais uma contradição com o que é visto na prática, na medida em que o professor não tem mais a independência para planejar suas aulas, decidir suas metodologias e aplicá-las em seus contextos. A realidade que não está sendo vista é que a docência não é uma mera mediação entre

tecnologia e estudante, o fazer docente é construído muitos antes da entrada em sala de aula e não se esgota na interação com o aluno.

O trabalho docente se materializa na sala de aula, mas nela não se origina e nem se encerra. A compreensão disso é de suma importância quando se trata da questão da autonomia do professor: a dimensão social do trabalho docente, que afeta e age no trabalhador professor, envolve relações mais amplas e complexas de poder e de controle presentes nas práticas educativas, nas relações sociais, nos espaços escolares, nas instituições, na rede de ensino, na cultura (e na mídia), na sociedade e nos imaginários que permeiam o cotidiano. (Penteado, 2018, p. 248)

À vista disso, professor e aluno necessitam agora lidar com a padronização da educação e de seus métodos avaliativos, que são justificados como um novo meio para atingir a democratização do ensino. O material digital fornecido pela Secretaria de Educação e os exercícios da plataforma CMSP têm como objetivo preparar os estudantes para a Prova Paulista, exame que é aplicado em todo estado bimestralmente. Desde 2023, a nota dessa avaliação pode ser usada como forma de ingresso em 4 universidades públicas do estado: UNESP, UNICAMP, USP E UNIVESP.¹¹ De acordo com Pedronero, Stassi-Sé, Silva:

A aplicação de avaliações standardizadas em larga escala, atrelada a medidas que visam à formatação das práticas em sala de aula -como é o caso da “recomendação” do uso do Material Digital pelas unidades de ensino estaduais - e, conseqüentemente, dos sujeitos implicados nessas práticas de ensino e aprendizagem, normalizando-os, nega-lhes o direito à educação integral como processo que decorre do reconhecimento da “não linearidade do desenvolvimento humano” e das singularidades de cada estudante. (Pedronero; Stassi-Sé; Silva, 2024, p. 29)

Dito isso, os autores também discorrem sobre a propaganda que foi feita, por parte do governo do estado, em relação à substituição dos livros didáticos pelo material digital. Em uma entrevista concedida ao Estadão¹², o secretário de educação afirma que a aula passa a ser uma grande televisão, na qual os alunos só precisam anotar as informações. Tal declaração evidencia o caráter dispensável do professor, um mero instrutor em uma situação que remove todo seu fazer crítico-pedagógico.

A declaração subentende, contudo, em conformidade com a visão neoliberal que reduz estudantes a consumidores de informações, que ao professor compete apenas exercer a função de controlador dessa “grande TV”: slide após slide, basta que o docente consiga pressionar uma simples tecla para que a apresentação avance e os alunos façam suas anotações. (Pedronero; Stassi-Sé; Silva, 2024, p. 32)

Professor torna-se máquina, despersonalizado, ferramenta de avanço de slides e de vigilância do aplicativo. A standardização do ensino fere a singularidade do indivíduo, e as massas de estudantes de todo estado tornam-se amorfas e homogêneas, ignorando-se peculiaridades

¹¹ De acordo com: <<https://www.educacao.sp.gov.br/provao-paulista-ira-servir-para-ingresso-em-universidades-publicas/>>. Acesso em 16 de julho de 2024.

¹² Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/educacao/sp-troca-livros-do-mec-por-material-digital-passam-os-slides-e-o-aluno-anota-diz-secretario/>>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

contextuais, todos submetidos igualmente ao cronograma meritocrático, mesmas demandas e mesmas avaliações, com sua possibilidade de autonomia colapsada.

Desprovido de sua autonomia e de seu potencial criativo, quase absolutamente mecanizado, coloca-se em xeque a posição do professor humano dentro da sala de aula, e dos perigos de uma cada vez mais pervasiva substituição do educador pela máquina. Ao discutir os perigos da mecanização e substituição do professor por inteligência artificial, como já é, em baixa escala, utilizada pela *Education First* para reconhecer e aceitar modulações corretas de voz nas repetições dos estudantes, Andy Nguyen afirma que:

As ramificações cada vez mais difundidas da Inteligência Artificial na educação levam ao emergir de preocupações quanto à realidade negativa que isto traz, como o aumento da desigualdade entre estudantes, a comercialização da educação, ou a divisão em questões de educação residencial. [...] Tais obstáculos essencializam uma demanda urgente para educar professores e estudantes quanto às preocupações éticas ao redor da Inteligência Artificial na educação e como navegar tais questões. (Nguyen, 2022, p. 4224, tradução nossa)¹³

Agindo como agravante e contribuinte da mecanização da docência, há ainda o recurso *Business Intelligence*, doravante BI, que monitora o desempenho dos alunos e reúne em um só lugar as notas da Prova Paulista, a frequência, realização de atividades pelos alunos, entre outros dados. A proposta é interessante, pois otimiza tempo e recursos, uma vez que facilita o acesso e controle de importantes índices para analisar o desempenho e a participação dos estudantes. Essa plataforma aparece com a idealização, novamente utópica, de ser uma ferramenta capaz de diminuir a porcentagem de evasão escolar e que, por meio de sistematização e estatísticas, será capaz de indicar se as escolas estão atingindo metas satisfatórias impostas pela Secretaria de Educação de SP.

Contudo, na prática, o BI tornou-se um grande antagonista da docência. Mesmo conseguindo apurar as notas e a participação dos alunos, os pontos positivos do recurso não foram suficientes para disfarçar as complicações que o mesmo trouxe para o cotidiano do professor. Com relatórios semanais, a coordenação passa a exigir que os professores dediquem e ofereçam suas aulas exclusivamente para que os alunos consigam realizar as tarefas pendentes, cumprindo as metas impostas. Esses, por sua vez, fazem mediocrementemente a grande quantidade de atividades que lhes são impostas, anulando qualquer perspectiva de aprendizagem real. Cumprir metas, conquistar números mínimos, responder atividades de maneiras quaisquer, apenas para poder marcar mais uma atividade completa. Educação que não ensina, que apenas completa tabelas. Professores que são

¹³ No original: In fact, the widespread ramifications of AIED have also led to emerging concerns over the negative realities that it brings, such as the widening gaps of inequalities among learners' commercialization of education, or the home-school divide in education. [...] Such obstacles essentialize an urgent demand to induct and acquaint teachers and students with the ethical concerns surrounding AIED and how to navigate them.

dados, e que não ensinam alunos que são dados, presos em atividades homogêneas e despersonalizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambas as discussões apresentadas por Nguyen e Ames fundamentam-se na inserção de novas tecnologias em ambiente escolar, e nos cuidados necessários para que sua implementação seja produtiva e funcional. Não são discussões desprovidas de otimismo, o avanço tecnológico permite novos e úteis desdobramentos de técnicas educacionais, que empoderam tanto aluno quanto professor. Entretanto, vivenciando o contexto paulista da implementação impositiva do aplicativo *Education First*, percebeu-se descaso por ambos os grupos afetados, removendo autonomia do educador e aprisionando os alunos em um labirinto infundável de atividades repetitivas deslocadas de suas realidades, sem espaço para vivências pessoais, interação interpessoal ou expressões subjetivas. A plataforma *EF* pode funcionar como um auxílio metodológico, uma plataforma de atividades personalizadas, suporte ao ensino, mas não pode substituí-lo.

Plataformas digitais, internet e tecnologia, quando inseridas adequadamente junto ao professor, tornam-se mais um recurso que valida a autonomia docente. Contudo, atualmente os profissionais da educação estão sendo reféns de uma prática que impera, ditando todas as regras e o planejamento das aulas. Nenhuma decisão resta ao docente, que simplesmente aplica atividades prontas que não foram desenvolvidas de acordo com a individualidade da turma. Como foi visto, Contreras (2002) afirma que a educação não pode ser concebida de fora e que são os professores que devem estar no controle de seus planejamentos, pois só eles são capazes de adaptar a prática em seus contextos específicos.

O autor também ressalta a autonomia docente como fator essencial para a caracterização profissional da categoria (Contreras, 2002). Ao estar sujeito apenas a aplicação de tarefas que não foram desenvolvidas pelos próprios, os professores entram num processo de proletarização, separando concepção e execução, justamente pela falta de controle das próprias decisões dentro de sala de aula, visto que essas estão sendo tomadas por plataformas. É também discutido por Pedronero; Stassi-Sé; Silva que o uso de materiais digitais mecaniza a profissão docente, transformando os professores em meros apresentadores de *slides* para favorecer a padronização na execução de avaliações em larga escala, que de nada contribuem ao aprendizado verdadeiro e integral dos estudantes.

A partir da pesquisa apresentada por esse trabalho e das observações realizadas durante a experiência de estágio, nota-se que o professor ocupa um lugar diferente do que era previamente observado, uma vez que, agora, toda sua atuação docente é direcionada a instruir os alunos em como usar a plataforma e quais atividades devem ser desenvolvidas no aplicativo. O saber específico, os

anos de formação e experiência, as propostas autênticas e individualizadas são meros apêndices do cotidiano desse professor. Constatase, portanto, que esses docentes da rede estadual estão justamente dentro do processo de proletarização e atuam como instrutores e aplicadores de demandas externas, esvaziando de sentido a prática pedagógica.

A longo prazo, os discentes estarão desmotivados e completamente defasados no que diz respeito à aprendizagem de língua estrangeira, visto que a plataforma não permite socialização, trocas de experiências e práticas contextualizadas. No que tange aos docentes, é possível que a carga horária seja ainda mais reduzida e que sua atuação se torne tão secundária que nem seja mais necessária, nesse processo a desprofissionalização e a proletarização pode ser só mais um caminho para o desemprego.

As demandas incessantes e a obsessão pelos índices esvaziam o propósito da escola e desqualificam a educação paulista, dado que a função do estudante agora é executar, mecanicamente, inúmeras tarefas a fim de atingir os números esperados pelo sistema. Professores aparecem como meros instrutores que lutam diariamente contra os imprevistos tecnológicos para que possam ajudar os alunos a atingirem as estatísticas previstas e exigidas pelos seus superiores. Há um ciclo de imposições que torna obsessiva a conquista por bons números fictícios que em nada refletem como está, de fato, a qualidade da educação no estado de SP. Parece que se constrói uma nova era na educação em que nem professor e nem aluno são protagonistas, e sim as plataformas digitais e, por decorrência, instala-se um fervor por um utópico controle da qualidade e do desempenho escolar.

REFERÊNCIAS

AMES, Morgan G. The charisma machine: the life, death, and legacy of One Laptop per Child. Cambridge, Massachusetts: The Mit Press, 2019;

APPLE, Michael. Are we wasting money on computers in schools? Educational Policy, v. 18, n.3, p.513-522, julho, 2004;

BARBOSA, Renata Peres; ALVES, Natália. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. e-Curriculum, São Paulo, v. 21, e61619, 2023. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762023000100120&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018;

CONTRERAS, José. A autonomia de professores. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002;

ESTEBAN, M. T.; FETZNER, A. R. A redução da escola: a avaliação externa e o aprisionamento curricular. Educar em Revista, Curitiba, Edição Especial n. 1. 2015, p. 75-92;

GOVERNO DE SÃO PAULO. SEDUC. Aprenda a acessar o aplicativo do Centro de Mídias SP. Disponível em: <<https://www.educacao.sp.gov.br/aprenda-acessar-o-aplicativo-centro-de-midias-sp/>>. Acesso em: 01 de novembro de 2024;

GOVERNO DE SÃO PAULO. SEDUC. O que é o aplicativo Centro de Mídias SP?. Disponível em: <<https://atendimento.educacao.sp.gov.br/knowledgebase/article/SED-05391/pt-br>>. Acesso em: 02 de novembro de 2024;

NGUYEN, Andy, NGO, H.N., HONG, Y. et al. Ethical principles for artificial intelligence in education. *Education and Information Technologies*, vol. 28, p. 4224-4241, out/2022. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10639-022-11316-w>>. Acesso em 26 de julho de 2024;

PENTEADO, Regina Zanella. Autonomia do professor: uma perspectiva interdisciplinar para a cultura do cuidado docente. *ETD: Educação Temática Digital*, v. 20, n. 1, p. 234-254, 2018;

SÃO PAULO. Decreto nº 64.982, de 15 de maio de 2020. Institui o Programa Centro de

Mídias da Educação de São Paulo – CMSP e dá providências correlatas. *Diário Oficial do*

Estado de São Paulo, São Paulo, v. 130, n. 94, p. 1, 16 maio 2020c. Executivo: Seção I.

Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64982-15.05.2020.html#:~:text=Decreta%3A,educacionais%20e%20oportunidades%20de%20aprendizado>>. Acesso em 11 de julho de 2024;

SELWYN, N. Um panorama dos estudos críticos em educação e tecnologias digitais. in Rocha, C., El Kadri, M. and Windle, J. (eds). *Diálogos sobre tecnologia educacional*. São Paulo, Pontes, 2017, p.15-40;